

**Processo TCM nº 10109e21**  
Exercício Financeiro de **2020**  
Prefeitura Municipal de **IRAQUARA**  
**Gestor: Edimario Guilherme de Novais**  
Relator **Cons. Fernando Vita**

## VOTO

### I. RELATÓRIO

A Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de Iraquara**, concernentes ao exercício financeiro de 2020, da responsabilidade do **Sr. Edimário Guilherme de Novais**, ingressaram eletronicamente neste Tribunal de Contas, através do e-TCM, sob o nº 10109e21, **cumprindo-se, assim, o que dispõe o art. 55 da Lei Complementar nº 06/91.**

Encontra-se nos autos, documento comprobatório da disponibilidade pública das referidas contas, para exame e apreciação, juntamente com as contas do Poder Legislativo, pelo período de 60 dias, através do endereço eletrônico "<http://e.tcm.ba.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam>", **cumprindo o estabelecido no art. 31 § 3º da Constituição Federal (CF), nos arts. 63 e 95, § 2º da Constituição Estadual e no art. 54 da Lei Complementar nº 06/91.**

Através da Resolução TCM nº 1.378/18, o Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia estabeleceu as normas para a apresentação da Prestação de Contas de Governo do Chefe do Poder Executivo.

Registre-se que os documentos encaminhados foram recepcionados através do processo eletrônico e-TCM, conforme regulamentações estabelecidas nas Resoluções TCM nºs. 1337/2015 e 1338/2015.

Após o seu ingresso na sede deste Tribunal, foram os autos acrescidos de diversos documentos necessários à composição das contas anuais.

Assinala-se que as contas em comento são compostas também pelo Relatório Anual/Cientificação (RA), emitido pela Inspeção Regional a que o Município encontra-se jurisdicionado, elencando as irregularidades remanescentes do acompanhamento da execução orçamentária e financeira, bem como o Relatório de Contas de Governo – RGOV e o Relatório de Contas de Gestão – RGES, elaborados pela Unidade Técnica competente, estando disponíveis no **e-TCM – Plataforma de Processos Eletrônicos e no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA.**

Procedido o sorteio em Sessão Plenária desta Corte de Contas, foi de imediato providenciado por esta Relatoria a conversão do processo em diligência externa, com o objetivo de conferir ao Gestor a oportunidade de defesa, consubstanciada pelo art. 5º, inciso LV, da CRFB, o que foi realizado através do Edital nº 863,

publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, edição de 06/10/2021.

Atendendo ao chamado desta Corte, o Gestor, tempestivamente, anexou na **pasta “Defesa à Notificação Anual da UJ”**, arrazoado acompanhado de vários documentos que julgou necessários para esclarecimentos dos fatos.

Instruído o processo, foram os autos encaminhados, para fins de cumprimento do disposto no inciso II, do art. 5º da Lei Estadual nº 12.207/11, ao Ministério Público Especial de Contas – MPEC, que se manifestou mediante Parecer nº 1970/2021, da lavra da Procuradora Dra. Aline Paim Monteiro do Rego Rio Branco, encartado na pasta “Parecer do Ministério Público” do sistema e-TCM, pugnando, pela **aprovação, porque regulares, porém com ressalvas**, com aplicação de multa em decorrência das irregularidades praticadas pelo Gestor.

## **DOS EXERCÍCIOS PRECEDENTES**

As Prestações de Contas dos **exercícios financeiros de 2017, 2018 e 2019** e foram objeto de manifestação deste Tribunal, respectivamente, nos seguintes sentidos:

<b>Cons. Relator</b>	<b>Recursos Ordinário</b>	<b>Proc. TCM nº</b>	<b>Opinativo</b>	<b>Multa (R\$)</b>
Cons. Subst. Antonio Emanuel de Souza	Cons. Paolo Marconi	03426e18	Aprovação com ressalvas	1.500,00
Cons. Subst. Antonio Emanuel de Souza	Cons. Subst. Antonio Emanuel de Souza	06121e19	Aprovação com ressalvas	3.000,00
Cons. José Alfredo	-----	06505e20	Aprovação com ressalvas	4.000,00

## **II. FUNDAMENTAÇÃO**

Após análise desta Relatoria, das justificativas e documentos apresentados pelo Gestor, corroborados com consultas realizadas no e-TCM – Plataforma de Processos Eletrônicos e no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, restam identificados os seguintes registros:

### **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO**

#### **1. DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

Os principais instrumentos utilizados pelo governo municipal para promover o planejamento, a programação e o orçamento foram o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Os instrumentos apresentados, utilizados pelo governo municipal para promover o Planejamento, a Programação e o Orçamento, **não estão acompanhados** de comprovações de incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão, **não observando o que dispõe o art. 48, parágrafo único, inciso I da Lei Complementar nº 101/00.**

Nesse contexto, o Plano Plurianual – PPA, entendido como o instrumento utilizado pelo Chefe do Executivo Municipal para estabelecer diretrizes, objetivos e metas quanto à realização de despesas de capital e outras dela decorrentes, assim como das relativas aos programas de duração continuada, passa a ser o alicerce do sistema de administração financeira dos Municípios.

O Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio de **2018 a 2021**, foi instituído mediante Lei Municipal nº 301, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e no art. 159, parágrafo 1º da Constituição Estadual, sendo sancionada pelo Executivo em 27/10/2017 e **publicada, em atendimento ao disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

O capítulo da Lei de Responsabilidade Fiscal dedicado ao planejamento dá destaque para o instrumento denominado Diretrizes Orçamentárias, cujas finalidades, inicialmente determinadas no art. 165, § 2º, da Constituição da República, foram ampliadas, conforme se depreende do art. 4º daquela Lei.

A Lei Municipal nº 324, sancionada pelo Executivo em 10/07/2019, aprovou as Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2020, contemplando as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, em cumprimento ao parágrafo 2º, art. 165 da Constituição Federal, **sendo publicada, em atendimento ao disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

A Lei Orçamentária Anual é o diploma que estabelece limites de despesas, em função da receita estimada para o exercício financeiro a que se referir, obedecendo aos princípios da unidade, universalidade e anuidade.

O Orçamento para o exercício financeiro de 2020 foi aprovado mediante Lei Municipal nº 332, de 04/11/2019, estimando a receita em R\$ 67.000.000,00 e fixando a despesa em igual valor, sendo R\$ 50.134.085,00 referentes ao Orçamento Fiscal e R\$ 16.865.915,00 relativos ao da Seguridade Social, **sendo devidamente publicado em observância disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

A Lei Orçamentária autorizou abertura de créditos adicionais suplementares nos limites e com a utilização dos recursos abaixo indicados:

- a) 61,00% da anulação parcial ou total das dotações;
- b) 100,00% do superávit financeiro;
- c) 100,00% do excesso de arrecadação;
- d) Provenientes de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;
- e) Decorrentes da Reserva de Contingência;

f) Realocar saldos dentro da mesma categoria de programação criando, quando necessário, novos elementos de despesa.

Registra Relatório de Contas de Governo – RGOV que foram **inseridas informações inconsistentes** referentes aos metadados da Lei Orçamentária Anual **em descumprimento ao § 2º do artigo 30 da Resolução nº 1.379/18 (inserido pela Resolução 1.412/2020).**

Por meio do Decreto nº 249, de 04/11/2019, foi aprovada a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício de 2020, **em cumprimento ao art. 8º da LRF.**

O Decreto nº 248, de 04/11/2019, aprovou o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD do Poder Executivo Municipal para o exercício de 2020.

## **2. DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Para ajustar as dotações previstas na Lei Orçamentária Anual às novas necessidades sobrevindas no decorrer do exercício financeiro, os gestores públicos fazem uso das alterações orçamentárias.

Anota Relatório de Contas de Governo – RGOV, conforme decretos do Poder Executivo, foram promovidas alterações orçamentárias no **montante de R\$ 24.400.384,34, sendo contabilizado o mesmo valor no Demonstrativo Consolidado da Despesa Orçamentária de dezembro/2020.**

## **CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

Conforme somatório dos decretos, foram abertos créditos adicionais suplementares no montante de R\$ 22.506.364,00, sendo, exclusivamente, por anulação de dotação, estando esses valores devidamente contabilizados no Demonstrativo Consolidado da Despesa de dezembro/2020.

Fonte de Recursos							
Decreto nº	Data	Lei nº	Publicação	Anulação (R\$)	Excesso de Arrecadação (R\$)	Superavit Financeiro/ Operações de Crédito/ Convênios (R\$)	TOTAL GERAL (R\$)
1	02/01/2020	332	26/03/2020	1.003.800,00	0,00	0,00	1.003.800,00
14	01/09/2020	332	06/11/2020	1.675.900,00	0,00	0,00	1.675.900,00
16	01/10/2020	332	04/12/2020	2.632.000,00	0,00	0,00	2.632.000,00
18	03/11/2020	332	23/12/2020	2.827.817,00	0,00	0,00	2.827.817,00
20	01/12/2020	332	31/12/2020	8.756.447,00	0,00	0,00	8.756.447,00
3	03/02/2020	332		619.100,00	0,00	0,00	619.100,00
4	02/03/2020	332	27/05/2020	567.700,00	0,00	0,00	567.700,00

7	04/05/2020	332	06/07/2020	1.217.700,00	0,00	0,00	1.217.700,00
6	01/04/2020	332	02/06/2020	222.300,00	0,00	0,00	222.300,00
9	01/06/2020	332	04/08/2020	879.800,00	0,00	0,00	879.800,00
11	01/07/2020	332	30/09/2020	646.000,00	0,00	0,00	646.000,00
12	03/08/2020	332	07/10/2020	1.457.800,00	0,00	0,00	1.457.800,00
<b>Total</b>				<b>22.506.364,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.506.364,00</b>

O Relatório de Contas de Gestão – RGOV destaca que **todos os decretos**, listados na tabela anterior, foram publicados em datas posteriores à sua emissão, **em desrespeito ao princípio da publicidade. Além disso, o Decreto nº 03, de 03/02/2020, foi publicado no mural da Prefeitura.**

Questiona, ainda, o fato do **Decreto nº 7, de 04/05/2020, publicado no mural, consignar o valor de R\$ 1.217.700,00**, enquanto que o contido na Prestação de Contas Mensal (Entrega da UJ Maio – 13002e20, doc. 24), **publicado no Diário Oficial do Município em 06/07/2020, registrar anulação de dotações na quantia de R\$ 1.639.320,34.**

Encaminhados os autos à competente 1ª Diretoria de Controle Externo, para reexame da matéria, concluiu-se que ***“Após revisão e confronto da documentação constante nos autos, conclui-se que, apesar da falha apontada, constatou-se que o total dos decretos apresentados foi devidamente contabilizado, além de ter sido respeitado o limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual”***, razão pela qual opinamos pelo saneamento da irregularidade.

O Relatório de Contas de Governo – RGOV registra, também, **que todos os créditos adicionais suplementares abertos por Anulação e por Decretos extraordinários estão dentro dos limites estabelecido pela LOA.**

#### **ALTERAÇÕES DO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD**

Mediante Ato do Poder Executivo, ocorreram alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD no montante de R\$ 1.472.400,00, tendo sido contabilizadas, conforme Demonstrativos de Despesa, em igual valor.

<b>Decreto nº</b>	<b>Data</b>	<b>Valor (R\$)</b>
15	01/09/2020	401.400,00
17	01/10/2020	150.000,00
19	03/11/2020	163.100,00
2	02/01/2020	55.700,00
21	01/12/2020	400,00
5	02/03/2020	210.800,00
8	04/05/2020	330.700,00
10	01/06/2020	500,00
13	03/08/2020	159.800,00
<b>Total</b>		<b>1.472.400,00</b>

Anota Relatório de Contas de Governo – RGOV, **não consta nos autos a publicação do Decreto nº 8, de 04/05/2020.**

Ademais, constatou-se que foram realizadas **alterações no QDD no montante de R\$ 1.204.300,00**, entre fontes e elementos diferentes. Assim, o referido valor foi considerado como Crédito Adicional Suplementar para fins de cálculo do limite autorizado pela Lei Orçamentária. (vide item 4.1 do Relatório de Contas de Governo – RGOV)

Data	Decreto nº	Acréscimo de dotação	Redução de dotação	Valor R\$
02/03/2020	5	11.1900.15.451.90.1.1009.4.4 .90.51 (fonte de recursos - 24)	11.1900.15.451.90.1.1009.4.4 .90.51 (fonte de recursos - 0)	210.600,00
04/05/2020	08	10.1600.8.244.100.2.2102.3.1 .90.11 (fonte de recursos - 29)	10.1600.8.244.100.2.2102.3.1 .90.11 (fonte de recursos - 28)	49.600,00
04/05/2020	08	11.1900.15.451.90.1.1009.4.4 .90.51 (fonte de recursos - 24)	11.1900.15.451.90.1.1009.4.4 .90.51 (fonte de recursos - 0)	200.000,00
04/05/2020	08	7.1200.10.305.50.2.2037.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 14)	7.1200.10.305.50.2.2037.3.1. 90.13 (fonte de recursos - 2)	27.100,00
03/08/2020	13	7.1200.10.301.50.2.2055.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 2)	7.1200.10.301.50.2.2055. 3.1.90.11 (fonte de recursos - 14)	90.100,00
03/08/2020	13	7.1200.10.301.50.2.2083.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 2)	7.1200.10.301.50.2.2083.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 14)	19.600,00
01/09/2020	15	7.1200.10.301.50.2.2030.3.1. 90.11 e 3.1.90.13 (fonte de recursos - 14)	7.1200.10.301.50.2.2030.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 2)	109.000,00
01/09/2020	15	7.1200.10.301.50.2.2055.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 2)	7.1200.10.301.50.2.2055.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 14)	150.000,00
01/09/2020	15	7.1200.10.301.50.2.2083.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 14)	7.1200.10.301.50.2.2083.3.1. 90.13 (fonte de recursos - 2)	49.700,00
01/09/2020	15	11.1900.15.451.90.1.1025.3.3 .90.93	11.1900.15.451.90.1.1025.4.4 .90.51	22.700,00
01/10/2020	17	7.1200.10.301.50.2.2055.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 2)	7.1200.10.301.50.2.2055.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 14)	150.000,00
03/11/2020	19	7.1200.10.301.50.2.2055.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 2)	7.1200.10.301.50.2.2055.3.1. 90.11 (fonte de recursos - 14)	100.000,00
03/11/2020	19	11.1900.4.122.20.2.2023.3.3. 90.39 (fonte de recursos - 0)	11.1900.4.122.20.2.2023.3.3. 90.39 (fonte de recursos - 42)	25.900,00
<b>TOTAL</b>				<b>1.204.300,00</b>

Oportuno transcrever trecho do Parecer Jurídico nº 01735-19, referente a consulta realizada pela Câmara Municipal de Carinhanha – processo nº 13812e19, verbis:

*“o Ente Federativo, ao realizar a alteração do QDD, somente poderá remanejar recursos entre as fontes idênticas, conforme disposição contida no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.”*

**Assim, tendo em vista as falhas técnicas constatadas, adverte-se a Administração Municipal para a necessidade de acompanhamento técnico na abertura, publicação e contabilização de créditos adicionais, de modo a cumprir com absoluto rigor o quanto prescrito na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00, bem como na vigente Constituição da República Federativa do Brasil.**

### **3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 437 e a Conjunta nº 02 (STN/SOF), de 2012, aprovaram a 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, para vigência no exercício de 2013.

Esse Manual estabelece que as Demonstrações Contábeis têm como objetivo padronizar os conceitos, as regras e os procedimentos relativos às demonstrações contábeis do setor público a serem observados pelos Municípios, permitindo a evidenciação e a consolidação das contas públicas no âmbito nacional, em consonância com os procedimentos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Na esfera deste Tribunal de Contas, as alterações inerentes ao PCASP foram recepcionadas nos termos da Resolução TCM nº 1316/12, que disciplina a obrigatoriedade da sua adoção pelos órgãos e entidades públicas municipais, inclusive as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista instituídas e mantidas pelo poder público, a partir do exercício de 2013, para a efetivação dos registros de seus atos e fatos contábeis.

### **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL – DHP**

Cumpre registrar que as Demonstrações Contábeis foram assinados pelo Contabilista, Sra. Edlene Mendes Barreto, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, sob nº BA-025485/O-8, **sendo apresentada Certidão de Regularidade Profissional, conforme estatui a Resolução CFC nº 1.402/12.**

### **CONFRONTO COM AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**

Confrontando os valores evidenciados nos Demonstrativos de Receita e Despesa de dezembro/2020, dos Poderes Executivo e Legislativo, verifica-se que não foram identificadas quaisquer irregularidades.

## CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

Assinale-se que as Demonstrações Contábeis e Anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, que compõem a presente Prestação de Contas, foram apresentados de forma consolidada, **atendendo ao que dispõe o inciso III, do art. 50 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo que confronta as receitas e despesas previstas com as realizadas. No exercício financeiro de 2020, o Município apresentou uma Receita Arrecadada de R\$ 66.039.452,36 e uma Despesa Executada de R\$ 65.264.070,68, demonstrando um **superávit orçamentário de execução de R\$ 775.381,68.**

## Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar

Devem fazer parte integrante ao Balanço Orçamentário, dois quadros demonstrativos: um relativo aos restos a pagar não processados (Anexo I), outro alusivo aos restos a pagar processados (Anexo II), com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço.

Assinala o Pronunciamento Técnico que **constam** nos autos os Anexos referentes aos restos a pagar processados e não processados, **cumprindo o estabelecido no MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público).**

## BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro tem por objetivo demonstrar os ingressos e dispêndios de recursos de naturezas orçamentária e extraorçamentária no período, conjugados com o saldo de caixa proveniente do exercício anterior, para, ao final, indicar o montante das disponibilidades para o ano seguinte, conforme disposto:

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)	ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)
Receita Orçamentária	66.039.452,36	Despesa Orçamentária	65.264.070,68
Transferências Financeiras recebidas	16.269.599,80	Transferências Financeiras concedidas	16.269.599,80
Recebimentos Extraorçamentários	9.978.532,75	Pagamentos Extraorçamentários	8.233.563,48
Inscrição de Restos a Pagar Processados	760.471,76	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.425.959,10

Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.962.309,99	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	278.232,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.255.751,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.529.371,63
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00
Saldo do Período Anterior	10.410.795,24	Saldo para o exercício seguinte	12.931.146,19
<b>TOTAL</b>	<b>102.698.380,15</b>	<b>TOTAL</b>	<b>102.698.380,15</b>

Registra o Pronunciamento Técnico que os Ingressos e Dispendios Orçamentários e Extraorçamentários **correspondem** aos valores registrados no Demonstrativo de Receita e Despesa Consolidado.

## BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra o ATIVO com os saldos das contas relativas aos bens e direitos e o PASSIVO com os saldos das obrigações das entidades públicas, evidenciando também o **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** do Exercício. O Anexo 14, no exercício de 2020 apresentou os seguintes valores:

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)	ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)
ATIVO CIRCULANTE	13.928.227,94	PASSIVO CIRCULANTE	2.105.857,39
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	24.013.239,52	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	13.562.227,76
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>22.273.432,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>37.941.517,46</b>	<b>TOTAL</b>	<b>37.941.517,46</b>

Anexo 14 da Lei nº 4.320/64

ATIVO FINANCEIRO	13.928.227,94	PASSIVO FINANCEIRO	991.097,39
ATIVO PERMANENTE	37.941.517,46	PASSIVO PERMANENTE	14.677.227,76
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>22.273.192,31</b>	

## ATIVO CIRCULANTE

### Saldo em Caixa e Bancos

O Termo de Conferência de Caixa indica saldo em espécie no montante de R\$ 12.931.146,19, lavrado no último dia útil do mês de dezembro de 2020, por Comissão designada pelo Gestor, através da Portaria nº 004, de 07/12/2020, corresponde ao saldo registrado no Balanço Patrimonial de 2020, **em cumprimento ao disposto no Anexo I da Resolução TCM nº 1.378/18.**

Foram encaminhados os extratos e conciliações bancárias de dezembro de 2020, acompanhados dos extratos de janeiro de 2021, **cumprindo determinação do item 21, art. 9º da Resolução TCM nº 1.060/05.**

## Créditos a Receber/Demais Créditos a Curto Prazo

Foi encaminhada a relação exigida no Anexo I da Resolução TCM nº 1.378/18, esse subgrupo registra saldo de R\$ 101.718,01.

Questiona Relatório de Contas de Governo – RGOV a ausência de comprovações de recolhimento ao erário municipal dos saldos das **contas de ISS, no valor de R\$ 34.920,57 e IRRF, na quantia de R\$ 93.309,94** registradas no Anexo 17, **pois se tratam de receitas orçamentárias do Município, conforme estabelecem o art. 156, III, e art. 158, I, da Constituição Federal.**

Ressalta, ainda, que o **não recolhimento das referidas receitas interfere no cálculo dos índices constitucionais de Educação e de Saúde.**

Constatou-se que **foram adotados parcialmente** os procedimentos de reconhecimento dos valores a receber pelo Regime de Competência na medida em que **não foram registradas todas as transferências constitucionais e legais em desacordo com as normas contábeis vigentes, inclusive e em especial a Instrução Cameral TCM nº 004/2013-2ªC.**

Chama-se atenção da atual Administração Municipal para **a adoção das providências necessárias para a apuração das pendências assinaladas e retorno dos recursos ao Tesouro Municipal, inclusive, pela via judicial, se necessário. Fica expressamente advertido que o não atendimento do quanto determinado implicará na responsabilização pessoal do atual Gestor, podendo repercutir no mérito das suas Contas.**

## ATIVO NÃO-CIRCULANTE

### Dívida Ativa

Foi apresentado o Demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária, contendo saldo do exercício anterior, as movimentações de inscrições e baixas do exercício, segregando as dependentes das independentes da execução do orçamento, e o saldo final, **de acordo com o disposto no item 40, art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05.**

Dívida Ativa	Saldo Inicial (R\$)	Movimento no Exercício (R\$)						Saldo Final (R\$)
		Inscrição	Atualização	Arrecadação	Prescrição	Renúncia	Baixa	
Tributária	693.166,77	52.887,54	18.105,54	14.657,05	0,00	0,00	0,00	749.502,80
Não Tributária	161.345,24	0,00	4.082,03	1.259,82	0,00	0,00	0,00	164.167,45
<b>Total</b>	<b>854.512,01</b>	<b>52.887,54</b>	<b>22.187,57</b>	<b>15.916,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>913.670,25</b>

O Demonstrativo da Dívida Ativa registra **arrecadação no exercício de R\$ 15.916,87, que representa 1,72% do saldo do exercício anterior de R\$ 854.512,01**, conforme Demonstrativo Consolidado das Contas do Razão de dezembro de 2019 e o Anexo II – Resumo Geral da Receita.

O Relatório de Contas de Governo – RGOV questiona a administração municipal sobre as **medidas que estão sendo adotadas para sua regular cobrança, em atendimento ao disposto no artigo 11 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

*"Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, **previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.**"*

*Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos impostos."*

Oportuno registrar trecho do Parecer Prévio do exercício anterior (Voto / Acórdão / DID / Parecer Prévio – 06505e20):

*"Apesar dos argumentos da defesa, apõe-se ressalva específica, advertindo a Administração quanto à obrigatoriedade da adoção de providências imediatas de equacionamento, mediante inscrição e cobrança pelos meios próprios, sob pena de caracterizar-se ato de improbidade administrativa, com as consequências estabelecidas no inciso II do artigo 12 da Lei nº 8.429/92. **Deve ser analisada a hipótese de submeter-se ao Legislativo projeto de lei disciplinando a matéria, com o estabelecimento, inclusive, dos limites razoáveis que justifiquem a adoção de providências de cobrança judicial, ou não, à semelhança do que ocorrer, entre outros, no município de Salvador.**"*

Em sua defesa, o Gestor informa que **"medidas que estão sendo e foram adotadas para regular cobrança da Dívida Ativa"** encaminhando relatório denominado *"Atividades de Combate a Sonegação Fiscal desenvolvida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Itaquara"* contendo as ações executadas para a recuperação de créditos da dívida ativa da municipalidade.

Em que pese as justificativas apresentadas e o conjunto de ações desempenhadas no exercício, **cumprir alertar**, que a previsão e a **efetiva arrecadação de tributos**, dispostas pelo art. 11 da LRF, **não foi alcançada**. **Importante destacar e recomendar que a municipalidade busque melhores práticas na efetividade de cobranças, administrativas e judiciais destes recursos, principalmente pela recorrente queixa de gestores pela falta de recursos decorrente da crise econômica e pandêmica, para os exercícios vindouros.**

Diremos, além disso, que a **insignificante cobrança da Dívida Ativa Tributária**, demonstra ter havido negligência do Gestor, no particular.

Destaque-se que, pelo art. 10, inciso X, da Lei nº 8.429/92, "*agir ilicitamente na arrecadação de tributos*" caracterizam-se como ato de improbidade administrativa. A pena prevista para o descumprimento do mandamento legal encontra-se no inciso II, do art. 12 desta Lei.

### **Atualização da Dívida Ativa**

Da análise do Demonstrativo das Variações Patrimoniais – Variações Aumentativas, verifica-se que houve atualização monetária da Dívida Ativa, **em atendimento ao disposto no MANUAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO, aprovado por Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.**

### **Movimentação dos Bens Patrimoniais**

Foi apresentado o Demonstrativo dos bens móveis e imóveis, por categoria, contendo saldo do exercício anterior, as movimentações de incorporação e baixas do exercício, segregando as dependentes das independentes da execução do orçamento, e o saldo final, **de acordo com o disposto no item 41, art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05.**

### **Relação dos Bens Patrimoniais do exercício**

Foi apresentada a relação dos bens adquiridos no exercício com os respectivos valores registrados no ativo não circulante, indicando-se suas alocações e números dos respectivos tombamentos, **contabilizando R\$ 9.246.426,32 em aquisições, que corresponde aos valores identificados no demonstrativo de bens patrimoniais.**

Foi apresentada certidão **de acordo ao que determina o Anexo I da Resolução TCM nº 1.378/18.**

### **Depreciação, amortização e exaustão**

A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T 16.9, estabelece que a "Depreciação" reduz o valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Conforme Balanço patrimonial do exercício sob exame, a entidade procedeu ao registro da depreciação dos bens móveis e imóveis, **todavia, não há notas explicativas com a informação dos critérios utilizados nos cálculos desses registros.** Ademais, **questiona-se o valor depreciado dos bens imóveis no exercício que representa somente 0,099% do seu total.**

**Chamamos atenção da Administração Municipal no sentido que adote ações para estruturação do Setor de Patrimônio, objetivando um criterioso controle dos bens patrimoniais da entidade de forma analítica, nos termos art. 94 da Lei 4.302/64, devendo constar no Balanço Patrimonial os registros sintéticos**

correspondentes, inclusive com o reconhecimento da depreciação / amortização / exaustão, em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas pela NBCT 16.9.

## Investimentos

O Balanço Patrimonial, no grupo Investimento, registra saldo do exercício de **R\$ 55.196,00**, a título de “Demais Investimentos Permanentes”.

Conforme demonstrado na tabela abaixo, o Município efetuou investimentos em Consórcios, em 2020, no montante de R\$18.000,00, **porém sendo contabilizado na conta Investimentos o valor de R\$ 38.696,00, conforme Demonstrativo Consolidado das Contas do Razão dezembro/2020, evidenciando inconsistência na peça contábil.**

Consórcio Público	Contrato de Rateio	Valor Previsto
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO DO DIAMANTE DA CHAPADA DIAMANTINA — CIDCD	s/nº	R\$ 18.000,00
<b>Total</b>		<b>R\$ 18.000,00</b>

Registre-se que foram inseridas informações inconsistentes referentes aos metadados **em descumprimento ao § 2º do artigo 30 da Resolução nº 1.379/18 (inserido pela Resolução 1.412/2020).**

Registre-se que consta nos autos o Contrato de Contrapartida de Serviços nº 022/2020-M, com seu correspondente aditivo, **cujos valores pactuados não devem ser considerados como Investimento, tendo em vista tratar-se de contrato de prestação de serviços e não contrato de rateiro.**

## PASSIVO

Foi encaminhada a relação analítica dos elementos que compõe os passivos circulante e não circulante, **de acordo com o disposto no item 19, art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05.**

### Passivo Circulante

A Dívida Flutuante apresentava saldo anterior de R\$ 2.269.443,17, havendo no exercício em exame a inscrição de R\$ 9.971.546,34 e a baixa de R\$ 8.287.582,13, restando saldo de R\$ 3.953.407,38, que **diverge em R\$ 2.962.309,99 do registrado no Balanço Patrimonial (R\$ 991.097,39).**

Cabe destacar que a entidade **adotou** a prática contábil de reclassificar, para o Passivo Circulante, as parcelas de dívidas fundadas vencíveis nos 12 meses

subsequentes ao exercício em análise, **em desacordo ao que estabelece o MCASP.**

De acordo com as peças contábeis as movimentações dos restos a pagar estão discriminadas no quadro a seguir:

Restos a Pagar (R\$)	Saldo Anterior (R\$)		Liquidados (R\$)	Pagos (R\$)	Cancelado (R\$)	Saldo (R\$)	Inscrição RP no Exercício (R\$)	TOTAL (R\$)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior						
Processados	0,00	1.425.959,10		1.425.959,10	0,00	0,00	760.471,76	760.471,76
Não Processados	4.206,50	274.266,25	278.232,75	278.232,75	0,00	240,00	2.962.309,99	2.962.549,99
<b>Total</b>	<b>4.206,50</b>	<b>1.700.225,35</b>	<b>278.232,75</b>	<b>1.704.191,85</b>	<b>0,00</b>	<b>240,00</b>	<b>3.722.781,75</b>	<b>3.723.021,75</b>

Foi apresentada a relação dos Restos a Pagar, **de acordo com o disposto no item 29, art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05.**

Conforme demonstrado na tabela a seguir, **o Município pactuou**, por meio de Contrato de Rateio, no exercício em exame, **repassa a Consórcio no valor de R\$ 18.000,00, sendo repassado apenas R\$ 10.500,00.** Contudo, **não foi observada a inscrição do montante de R\$ 7.500,00 como Restos a Pagar do exercício.** Dessa forma, **o referido valor será considerado no cálculo de RESTOS A PAGAR X DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.**

Consórcio Público	Contrato de Rateio	Valor Previsto	Valor Repassado	Valor a Repassar
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO DO DIAMANTE DA CHAPADA DIAMANTINA — CIDCD	s/nº	R\$ 18.000,00	R\$ 10.500,00	R\$ 7.500,00
<b>Total</b>		<b>R\$ 18.000,00</b>	<b>R\$ 10.500,00</b>	<b>R\$ 7.500,00</b>

### Restos a Pagar x Disponibilidade Financeira

Os Restos a Pagar constituem-se em dívidas de curto prazo e, portanto, necessitam, no final de cada exercício, de disponibilidade financeira (Caixa e Bancos) suficiente para cobri-los.

Essa determinação está literalmente expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 42) para o último ano de mandato. Todavia, o entendimento para os demais exercícios financeiros é perfeitamente válido, pois os mecanismos de avaliação bimestral e de limitação de empenho objetivam a adequação das despesas à efetiva capacidade de caixa.

Assinala o Pronunciamento Técnico que da análise do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado no quadro abaixo, ficou evidenciado que **há saldo suficiente para cobrir as despesas compromissadas a pagar no exercício**

financeiro em exame, em cumprimento ao disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF..

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	NOTAS
Caixa e Bancos	12.931.146,19	1
(+) Haveres Financeiros	0,00	2
<b>(=) Disponibilidade Financeira</b>	<b>12.931.146,19</b>	<b>3</b>
(-) Consignações e Retenções	137.075,69	4
(-) Restos a Pagar de exercícios anteriores	240,00	5
<b>(=) Disponibilidade de Caixa</b>	<b>12.793.830,50</b>	<b>6</b>
(-) Restos a Pagar do Exercício	3.722.781,75	7
(-) Obrigações a Pagar Consórcios	7.500,00	8
(-) Restos a Pagar Cancelados	0,00	9
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	430.932,61	10
(-) Baixas Indevidas de Dívidas de Curto Prazo	0,00	11
<b>(=) Total</b>	<b>8.632.616,14</b>	<b>12</b>

Notas:

- 1) Caixa e Bancos: saldos de Caixa e Bancos registrados no Balanço Patrimonial de 2020, no grupo "Ativo Circulante", confrontados com os saldos dos termos de conferência de caixa, extratos e conciliações bancárias (saldo apurado conforme destacado no tópico 5.7.1.1 deste Pronunciamento);
- 2) Haveres Financeiros: saldos das contas de Salário-Família e Salário Maternidade constantes no Demonstrativo Consolidado das Contas do Razão de 2020, no subgrupo "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", por representarem valores a receber líquidos e certos;
- 3) Disponibilidade Financeira: somatório de Caixa e Bancos (nota 1) e Haveres Financeiros (nota 2);
- 4) Consignações e Retenções: saldos apurados conforme Anexo 17 da Lei nº 4.320/64, confrontados com os registrados no Balanço Patrimonial de 2020, no grupo "Passivo Circulante";
- 5) Restos a Pagar de Exercícios Anteriores: saldos apurados nos Anexos I e II do Balanço Orçamentário de 2020, confrontados com o Anexo 17 da Lei nº 4.320/64 e com os apresentados na Relação de Restos a Pagar Processados e Não Processados;
- 6) Disponibilidade de Caixa: saldo da Disponibilidade Financeira (nota 3) subtraído das Consignações e Retenções (nota 4) e dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (nota 5);
- 7) Restos a Pagar do Exercício: saldos contabilizados no Balanço Orçamentário de 2020, confrontados com os registrados no Anexo 17 da Lei nº 4.320/64, Demonstrativo de Despesa Consolidado de 2020 e na Relação de Restos a Pagar Processados e Não Processados;
- 8) Obrigações a Pagar a Consórcio: valores pactuados por meio de contratos de rateios não repassados e não inscritos em restos a pagar do exercício;
- 9) Restos a Pagar Processados e Não Processados Cancelados: valores dos cancelamentos de Restos a Pagar que estejam desacompanhados dos correspondentes Processos Administrativos que os fundamentaram;
- 10) Despesas de Exercícios Anteriores: pagamento de despesas que não foram inscritas em Restos a Pagar no último ano de mandato, mas que foram empenhadas e pagas como Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, registradas no Sistema SIGA no exercício de 2021;
- 11) Baixas indevidas de Dívidas de Curto Prazo: baixas indevidas de Dívidas de Curto Prazo e inscrição como dívida fundada (longo Prazo) sem autorização legislativa e sem apresentar o

processo administrativo, acompanhado de contratos e certidões comprobatórias do correspondente parcelamento;

12) Saldo: saldo da Disponibilidade de Caixa (nota 6) subtraído dos Restos a Pagar do Exercício (nota 7), das Obrigações a Consórcios não inscritas em Restos a Pagar (nota 8), dos Restos a Pagar Cancelados (nota 9), das Despesas de Exercícios Anteriores (nota 10) e das Baixas não Comprovadas de Dívidas de Curto Prazo (nota 11).

### **Passivo Não Circulante**

Conforme Anexo 16, a Dívida Fundada Interna apresenta saldo anterior de R\$ 15.929.957,18, havendo no exercício em exame a inscrição de R\$ 1.526.483,32 e a baixa de R\$ 2.779.212,74, remanescendo saldo no valor de R\$ 14.677.227,76, que corresponde ao saldo do Passivo Permanente registrado no Balanço Patrimonial.

Constam nos autos, os comprovantes dos saldos das dívidas registradas nos passivos circulante e não circulante, referentes às contas de atributo "P" (permanente), **em cumprimento ao item 39, art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05, alterada pela Resolução TCM nº 1.331/14.**

### **PRECATÓRIOS JUDICIAIS**

Anota o Pronunciamento Técnico que o Balanço Patrimonial do exercício de 2020, demonstra saldo de Precatórios Judiciais no montante de R\$ 2.332.575,08, constando dos autos a relação dos beneficiários em ordem cronológica de apresentação dos precatórios, acompanhada dos respectivos valores, **conforme determinam o art. 10 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF e o item 39, do art. 9º da Resolução TCM nº 1060/05.**

### **AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, as Instruções de Procedimentos Contábeis nº 00 (IPC), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estabelecem que:

17. De acordo com a parte II do MCASP, todos os ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deverão ser realizados à conta de ajuste dos exercícios anteriores, pertencente ao patrimônio líquido, e evidenciado em notas explicativas, de modo a não impactar o resultado do período a que se referem tais ajustes iniciais.

18. Assim, é importante destacar que, primeiramente, o órgão ou a entidade, deve realizar os ajustes necessários para que o balanço patrimonial reflita a realidade dos seus elementos patrimoniais. Além disso, todos esses ajustes efetuados deverão ser devidamente evidenciados em notas explicativas.

Aponta o Relatório de Contas de Governo – RGOV que o Balanço Patrimonial de 2020 não registra saldo na conta “Ajuste de Exercícios Anteriores”.

## DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Lei de Responsabilidade Fiscal enfatiza o controle do nível de endividamento público, indicando a necessidade da observância dos limites. As normas que estabelecem regras sobre endividamento dos Municípios, além da Lei Complementar nº 101/00 – LRF, são as Resoluções do Senado Federal nºs 40/01 e 43/01.

De acordo com valores demonstrados no Balanço Patrimonial do exercício, a Dívida Consolidada Líquida do Município foi correspondente a R\$ 2.506.553,33, representando 3,95% da Receita Corrente Líquida de R\$ 63.529.971,56, situando-se no limite de 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida, **em cumprimento ao disposto no inciso II, do art. 3º da Resolução nº 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.**

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o Resultado Patrimonial do exercício.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, conforme demonstrado:

Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$)	Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$)	Superávit (R\$)
84.232.537,46	70.949.130,21	13.283.407,25

## RESULTADO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial do exercício anterior, registra o Patrimônio Líquido de **R\$ 8.990.025,06**, que acrescido do Superávit verificado no exercício de 2020 de **R\$ 13.283.407,25**, evidenciado na DVP, resulta em Patrimônio Líquido acumulado de **R\$ 22.273.432,31**, conforme Balanço Patrimonial de 2020.

**Todavia, não foi possível validá-lo em decorrência do contido no item 5.7.3.1 do Relatório de Contas de Governo – RGOV.**

## **DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Foi apresentada a Demonstração do Fluxo de Caixa, observando o disposto Anexo I da Resolução TCM nº 1.378/18.

**Concluindo a análise das Demonstrações Contábeis, adverte-se o Gestor para a necessidade da apresentação, sempre que necessário, de notas explicativas visando o cumprimento das determinações normativas e garantindo a transparência das informações contábeis, evitando-se assim, futuros questionamentos que poderão repercutir no mérito das suas Contas.**

**Quanto às providências de regularização dos valores lançados incorretamente ou não demonstrados nos Anexos deverão ser tomadas no exercício financeiro de 2021, com os ajustes devidos, para exame quando da apreciação das contas respectivas, devendo acompanhar notas explicativas sobre o assunto.**

**Saliente-se, ainda, que os dados contidos neste pronunciamento estão em conformidade com os elementos originalmente existentes na Prestação de Contas anual.**

## **4. DAS OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS**

### **APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

O art. 212 da Constituição Federal determina aos municípios a aplicação de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, da receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de Transferências, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE.

Os principais parâmetros para aferição do cumprimento do limite acima referido estão dispostos nos parágrafos do art. 212 e no art. 213, seus incisos e parágrafos, da Constituição Federal, na Lei nº 9.394, de 20/12/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e na Lei nº 11.494/07, de 20/06/2007.

A Resolução TCM nº 1276/08, que disciplinou a matéria, estabelece normas que visam o controle da aplicação dos recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, institui mecanismos de comprovação da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério dos Profissionais de Educação, e dá outras providências.

O não cumprimento da obrigação constitucional sujeita o Município à intervenção do Estado, conforme inciso III, do art. 35 da Constituição Federal e ao não recebimento de Transferências Voluntárias, previsto na alínea "b", do inciso IV, do parágrafo 1º, do art. 25 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

Conforme informações registradas no Pronunciamento Técnico, em decorrência dos exames efetuados pela Inspeção Regional de Controle Externo - IRCE na

documentação de despesa que foi apresentada e registros constantes do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria - SIGA, foram consideradas as despesas pagas e as liquidadas até 31 de dezembro do exercício, inscritas em Restos a Pagar, com os correspondentes saldos financeiros, no total de R\$ 22.489.543,67, **o que caracteriza o cumprimento ao art. 212, da CRFB, tendo em vista que, considerando-se a receita líquida do FUNDEB, alcançou o percentual de 25,85%.**

## **FUNDEB**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi instituído pela Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007.

### **FUNDEB 60% – ART. 22 DA LEI FEDERAL Nº 11.494/07**

O art. 22 da citada lei, determina que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

No exercício em análise, o Município recebeu do FUNDEB, conforme informação da Secretaria do Tesouro Nacional, o montante de R\$ 19.104.464,59. Assinale-se, também, que houve rendimento de aplicação no valor de R\$ 8.271,14.

**Registra o Pronunciamento Técnico que foi aplicado o valor de R\$ 17.016.409,65, correspondente a 89,03%, cumprindo, assim, a obrigação legal.**

## **PARECER DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB**

O art. 27 da Lei Federal nº 11.494/07, dispõe que os Municípios prestarão contas dos recursos dos Fundos conforme os procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas competentes, observada a regulamentação aplicável.

E em seu parágrafo único que as prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável, que deverá ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no caput deste artigo.

Aponta o mencionado Pronunciamento Técnico que **consta** dos autos o Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, **conforme disciplina o art. 31 da Resolução TCM nº 1276/08.**

## **EDUCAÇÃO: IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**

A Lei nº 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Na meta 7, o PNE trata do fomento à qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir médias estabelecidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep para mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro e acompanhar a **qualidade** e a **efetividade** do ensino ministrado nas escolas.

A apuração do Ideb é realizada a cada dois anos, com publicação no ano subsequente. Portanto, os dados utilizados referem-se ao ano de 2019, última nota disponível, publicada em 2020. As metas estabelecidas para o Ideb de cada Município foram calculadas considerando o estágio de desenvolvimento educacional em que a rede se encontrava em 2005. Todas as metas e resultados alcançados pelos municípios foram obtidos através do site do Inep (<http://ideb.inep.gov.br/>) em 23/08/2021.

### Meta do IDEB – Evolução nos últimos anos

Conforme última avaliação disponível, o Ideb alcançado no Município, com relação aos anos iniciais do ensino fundamental (5º ano), foi de 6,10 **atingindo** a meta projetada de 4,80. Como também, em relação aos anos finais do ensino fundamental (9º ano), o Ideb observado foi de 4,70, **não atingindo** a meta projetada de 5,20.

A tabela seguinte evidencia os resultados do Município, quando comparados com o Ideb do Estado da Bahia e do Brasil.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO IDEB – ANO 2019		
ENTES	ANOS INICIAIS - (5º ANO)	ANOS FINAIS - (9º ANO)
Município IRAQUARA	6,10	4,70
Estado da Bahia	4,90	3,80
Brasil	5,70	4,60

Fonte: <http://idep.inep.gov.br>

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (5º ano) vê-se que os resultados alcançados estão **superiores** em comparação com o Estado da Bahia e **superiores** aos resultados alcançados no Brasil.

Já com relação aos anos finais do Ensino Fundamental (9º ano) vê-se que os resultados alcançados estão **superiores** em comparação com o Estado da Bahia e **superiores** aos resultados alcançados no Brasil.

**Recomenda-se atenção do Sr. Gestor para a necessidade de integral cumprimento do que determina a Lei Federal nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação – PNE, visando à aplicação eficiente dos recursos alocados à educação, nos exercícios subsequentes de forma a garantir – como deseja a Constituição Federal – o desenvolvimento efetivo do ensino básico.**

### **EDUCAÇÃO: Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério**

O Plano Nacional de Educação – PNE estabelece, na meta 18, a necessidade de tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, no prazo máximo de dois anos, ou seja, até o ano de 2016.

Desta forma, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, em conformidade ao quanto preconizado na Lei nº 13.005/14, combinado com a Lei nº 11.738/08, a qual instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, analisou os vencimentos pagos aos professores da educação básica pelo Município, com relação ao piso salarial, com base nos dados informados no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria - Siga.

Conforme determinação do artigo 5º da Lei nº 11.738/08, o piso salarial profissional do magistério foi reajustado para R\$ 2.557,74 a partir de 1º de janeiro de 2019, correspondente ao vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio, para a carga horária de 40 horas semanais ou proporcional. O cálculo do cumprimento do piso considera a carga horária contratada e o valor base da remuneração dos profissionais de magistério, portanto, as gratificações e adicionais não compõe o piso salarial.

No exercício em exame, verificou-se que:

- 97,81% dos professores estão recebendo salários **em conformidade com o piso** salarial profissional nacional, **cumprindo** a Lei nº 11.738/2008.
- 2,19% dos professores estão recebendo salários **abaixo do piso** salarial profissional nacional, **descumprindo a Lei nº 11.738/2008**.

**Recomenda-se o Gestor para o cumprimento, na sua inteireza, do que determina a Lei Federal nº 11.738/2008.**

### **APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

A Lei Complementar nº 141, de 13/01/2014, determina em seu art. 7º que os Municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

E em seu art. 9º que está compreendida na base de cálculo dos percentuais dos Municípios qualquer compensação financeira proveniente de impostos e transferências constitucionais previstos no § 2º do art. 198 da Constituição Federal, já instituída ou que vier a ser criada, bem como a dívida ativa, a multa e os juros de mora decorrentes dos impostos cobrados diretamente ou por meio de processo administrativo ou judicial.

Além disso, dispõe em seu art. 11 que os Municípios deverão observar o disposto nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas sempre que os percentuais nelas estabelecidos forem superiores aos fixados nesta Lei Complementar para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.

Como também, em seu art. 25 que a eventual diferença que implique o não atendimento, em determinado exercício, dos recursos mínimos previstos nesta Lei Complementar deverá, observado o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal, ser acrescida ao montante mínimo do exercício subsequente ao da apuração da diferença, sem prejuízo do montante mínimo do exercício de referência e das sanções cabíveis.

O não cumprimento da obrigação constitucional sujeita o Município à intervenção do Estado, conforme inciso III, do art. 35 da Constituição Federal e ao não recebimento de Transferências Voluntárias, previsto na alínea "b", do inciso IV, do parágrafo 1º, do art. 25 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

De conformidade com informações registradas no Pronunciamento Técnico, em decorrência dos exames efetuados pela Inspeção Regional de Controle Externo - IRCE na documentação de despesa que foi apresentada e registros constantes do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, foram consideradas as despesas liquidadas e pagas e as empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar, até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício, consolidadas no Fundo de Saúde, **no total de R\$ 7.192.064,40, correspondente a 22,29%, em cumprimento ao que dispõe o art. 7º c/c o art. 24 da Lei Complementar nº 141/12.**

## **PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

O §1º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012, dispõe que os Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Aponta o Pronunciamento Técnico que **consta** dos autos o Parecer do Conselho Municipal de Saúde, **conforme disciplina o art. 13 da Resolução TCM nº 1277/08.**

## **TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO**

O art. 29-A da Constituição Federal, em seu § 2º, incisos I e III, respectivamente, dispõe que: “constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, efetuar repasse à Câmara Municipal que supere os limites definidos neste artigo” ou “enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária”.

Em 2020, o valor da dotação orçamentária da Câmara Municipal correspondeu a R\$ 2.382.056,00, superior, portanto, ao limite máximo definido pelo art. 29-A, da Constituição Federal, apurado no montante de R\$ 2.294.465,14. Deste modo, este valor será considerado como o limite para repasse ao Legislativo, observado o comportamento da receita orçamentária. De conformidade com o Pronunciamento Técnico, foi destinado o montante de R\$ 2.294.465,14, **cumprindo, portanto, o legalmente estabelecido.**

## **5. DAS EXIGÊNCIAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

### **PESSOAL**

A Constituição Federal em seu art. 169 estabelece que as normas específicas para controle das Despesa com Pessoal serão dispostas em Lei Complementar.

A Lei Complementar nº 101/00 – LRF em seu art. 18 estatui de forma clara o que se entende como Despesa de Pessoal e no seu art. 19 fixa o limite da Despesa total com Pessoal em percentuais da Receita Corrente Líquida, para todos os entes da Federação, estabelecendo-o em 60% (sessenta por cento) para os Municípios.

O seu art. 20, inciso III, alínea “b”, define a repartição desse limite global, dispondo que a Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo não poderá exceder o percentual de 54% (cinquenta e quatro por cento) da sua Receita Corrente Líquida. Os arts. 21 a 23 estabelecem a forma de efetivação dos controles pertinentes.

E o § 3º, incisos I, II e III, do art. 23 dispõem que: “não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber Transferências Voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal”.

Além disso, a omissão na execução de medidas para a redução de eventuais excessos impõe a aplicação de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Gestor, conforme prescrito no § 1º, do art. 5º, da Lei Federal nº 10.028/00.

## **LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL NO EXERCÍCIO EM EXAME**

Assinala o Pronunciamento Técnico que a despesa com pessoal da Prefeitura apurada no exercício sob exame totalizou R\$ 29.408.719,04, correspondente a 46,29% da Receita Corrente Líquida de R\$ 63.529.971,56, contudo, após nova análise realizada por esta Relatoria, em virtude da não aplicabilidade da Instrução TCM nº 003/2018, por contrariar os regramentos contidos nos Arts. 2º, 18 e 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão considerados e inseridos no somatório da despesa com pessoal os valores excluídos no item **7.1.2.11 na monta de R\$ 1.845.355,27** do citado Relatório, deste modo **a despesa total de pessoal passa a ser de R\$ 31.254.074,31, correspondente a 49,19% da RCL, atendendo, assim ao limite definido no art. 20, III, 'b', da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

### PERCENTUAL DA DESPESA DE PESSOAL POR QUADRIMESTRE

EXERCÍCIO	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE
2018	54,38%	51,02%	48,01%
2019	48,58%	50,42%	51,22%
2020	49,64% / 51,29%*	47,37% / 49,67%*	46,29% / 49,19%*

\* Percentuais apurados após inclusão dos valores referentes a Instrução TCM nº 003/2018.

### LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL REFERENTE AOS QUADRIMESTRES

Não consta pendência de recondução da despesa com pessoal em relação aos quadrimestres de exercícios anteriores.

**Nos quadrimestres de 2020, considerando a inclusão dos valores referentes a Instrução TCM nº 003/2018, a Prefeitura não ultrapassou o limite da despesa com pessoal, em cumprimento ao definido no art. 20, III, 'b', da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

### CONTROLE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

O inciso II do art. 21, da Lei Complementar nº 101/00 (LRF), dispõe:

*“Art. 21 É nulo de pleno direito:*

*II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;”*

O total da despesa com pessoal efetivamente realizado pela Prefeitura, no período de julho de 2019 a junho de 2020, foi de R\$ 29.046.983,98. A Receita Corrente Líquida somou o montante de R\$ 58.583.429,30, resultando no percentual de 49,58%.

No período de janeiro a dezembro de 2020, o total da despesa com pessoal efetivamente realizado pela Prefeitura correspondeu a R\$ 29.408.719,04, equivalente a 46,29% da Receita Corrente Líquida de R\$ 63.529.971,56, **constatando-se decréscimo de 3,29%**

Para cálculos supracitados foram observados os seguintes dados:

6.1.5.1 Total da despesa com pessoal efetivamente paga pela Prefeitura, no período de Julho de 2019 a Junho de 2020	R\$ 29.046.983,98
6.1.5.2 Receita Corrente Líquida do período de Julho de 2019 a Junho de 2020, calculada pelo SIGA / TCM	R\$ 58.583.429,30
6.1.5.3 Percentual do gasto com despesa de pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida – RCL	49,58%

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O §4º, do art. 9º da Lei Complementar nº 101/00 – LRF dispõe que “até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º, do art. 166, da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.”

Foram apresentadas as Atas das audiências públicas concernentes ao 1º, 2º e 3º quadrimestres, **sendo realizadas fora dos prazos, não observando o disposto no § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

As justificativas apresentadas não eximem o Gestor do descumprimento apontado. **Recomenda-se programação com a antecedência necessária para evitar atrasos como os ocorridos.**

## **6. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA – LEI COMPLEMENTAR Nº 131/09**

A Lei Complementar nº 131/09 acrescentou o art. 48-A e incisos à Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelecem:

“Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.”

Informa o Pronunciamento Técnico que em conformidade ao quanto preconizado na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e no Decreto Federal nº 7.185/2010, analisou as informações divulgadas no Portal de Transparência desta Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.iraquara.ba.gov.br/> na data de 27/04/2021 e levou em consideração as informações disponibilizadas até 31/12/2020.

Acrescentando, ainda, que os requisitos avaliados foram os instrumentos de transparência de gestão fiscal, os detalhamentos das receitas e despesas, os procedimentos licitatórios e a acessibilidade das informações, conforme Demonstrativo de Avaliação do Portal da Transparência Pública. Assinalando que Prefeitura **alcançou a nota final de 69,00** (de um total de 72 pontos possíveis), sendo atribuído **índice de transparência de 9,58**, de uma escala de 0 a 10, o que evidencia uma **avaliação Desejada**.

## **7. RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO**

O art. 74, incisos I a IV da Constituição Federal e art. 90, incisos I a IV e respectivo parágrafo único da Constituição Estadual, estabelecem que os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, Sistema de Controle Interno, elencando nos citados incisos a sua finalidade. A Resolução TCM nº 1120/05 dispõe sobre a criação, implementação e a manutenção de Sistema de Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

Conforme art. 2º, da mencionada Resolução, entende-se por Sistema de Controle Interno Municipal o conjunto de normas, regras, princípios, planos, métodos e procedimentos que, coordenados entre si, têm por objetivo efetivar a avaliação da gestão pública e o acompanhamento dos programas e políticas públicas, bem como evidenciando sua legalidade e razoabilidade, avaliar os seus resultados no que concerne à economia, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais.

O art. 4º dispõe que as atividades inerentes ao controle interno serão exercidas em todos os níveis hierárquicos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, bem como das entidades da administração indireta do município, por servidores municipais, ocupantes de cargos públicos do quadro permanente do órgão ou entidade, não sendo passíveis de delegação por se tratar de atividades próprias do Município.

Foi apresentado o Relatório do Controle Interno, contudo **não foram identificadas ações efetivas do órgão. Assim, resta descumprido o disposto nos arts. 9º e 10º da Resolução TCM nº 1.120/05.**

**Adverte-se a Administração Municipal para que sejam adotadas providências imediatas objetivando um funcionamento eficaz do Controle Interno, em observância aos dispositivos constitucionais mencionados, assim como à Resolução TCM nº 1.120/05, evitando a manutenção da atual situação que poderá vir a repercutir no mérito de contas futuras.**

## **8. DECLARAÇÃO DE BENS**

Foi apresentada a Declaração dos Bens Patrimoniais do Gestor, **em cumprimento ao art. 11 da Resolução TCM nº 1.060/05.**

## **9. QUESTIONÁRIO RELATIVO AO ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM**

Foi apresentado o questionário relativo ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, **em cumprimento ao disposto na Resolução TCM nº 1.344/2016.**

## **10. TRANSMISSÃO DE GOVERNO – RESOLUÇÃO TCM Nº 1.311/12**

**Foi apresentado** o Relatório da Comissão de Transmissão de Governo indicando as providências adotadas para a transmissão do cargo do Prefeito Municipal, **em observância ao disposto na Resolução TCM nº 1.311/12.**

### RELATÓRIO CONCLUSIVO DA TRANSMISSÃO DE GOVERNO

**Foi apresentado** o Relatório Conclusivo da Comissão de Análise Técnica, nomeada pelo Gestor eleito em 2021, todavia, constatou-se que:

- a) Não foi apresentado o ato que nomeou a comissão;
- b) Não constam as assinaturas dos respectivos membros;
- c) Ao final concluiu-se que *“A Transmissão do Governo cumpriu a finalidade de garantir a continuidade da Administração Pública, de forma que a população não fosse prejudicada pela interrupção dos serviços públicos essenciais.”*

## **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO**

A Lei Complementar nº 06/1991, dispõe que o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA acompanhará, periodicamente, a execução orçamentária e a gestão econômico-financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, fixando através de Resolução do Tribunal Pleno, datas e prazos para o encaminhamento ao mesmo das prestações de contas anuais e da documentação mensal de receita e de despesa pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal.

Através da Resolução TCM nº 1.379/18, o Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia estabeleceu as normas para a apresentação da prestação de contas de gestão dos ordenadores de despesas.

Conforme art. 89 da Constituição do Estado da Bahia e o art. 51 da Lei Complementar nº 06/91, o Tribunal de Contas dos Municípios exercerá a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, inclusive das fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público municipal bem como de qualquer responsável por dinheiro, bens e valores públicos municipais, com o objetivo de verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a razoabilidade de atos e contratos e com vistas a assegurar a eficácia do controle que lhe compete a instruir o julgamento de contas, bem como prestará às Câmaras Municipais o auxílio que elas lhe solicitarem, para o desempenho do controle externo dos seus órgãos.

A Resolução TCM nº 1.377/18 divulgou as unidades jurisdicionadas que terão os processos de prestação de contas instaurados, para fins de instrução e julgamento. Desse modo, a Prefeitura Municipal de IRAQUARA foi selecionada na matriz de risco, sendo os resultados do acompanhamento e fiscalização contemplados no presente Relatório de Prestação de Contas de Gestão.

As considerações e conclusões que são apresentadas neste Relatório, foram resultantes da fiscalização realizada no município, exercício financeiro de 2020, orientada para a análise das contas e dos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, tendo como referência o processo de prestação de contas de gestão, por meio dos sistemas informatizados do SIGA e e-TCM, os quais foram analisados com fundamento nos princípios norteadores da Administração Pública e sob todos os aspectos legais que regem a matéria.

## **11. DOCUMENTAÇÃO**

### **REMESSA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TCM**

A Resolução TCM nº 1.379/18, estabelece a obrigatoriedade das Prefeituras Municipais de enviarem ao Tribunal de Contas dos Municípios, as prestações de contas mensais, por meio dos Sistemas e-TCM e do SIGA.

As prestações de contas mensais da Prefeitura Municipal de Iraquara, correspondente ao exercício financeiro de 2020, ingressaram neste Tribunal de Contas conforme a tabela a seguir:

PERÍODO	ENTREGA eTCM			ENTREGA SIGA
	DATA LIMITE	DATA ENTREGA	SITUAÇÃO	DADOS DO SIGA
202001	09/03/2020	22/04/2020	F	Entregue
202002	05/05/2020	05/05/2020	P	Entregue
202003	01/06/2020	01/06/2020	P	Entregue
202004	04/06/2020	26/06/2020	F	Entregue
202005	06/07/2020	04/08/2020	F	Entregue
202006	03/08/2020	01/09/2020	F	Entregue
202007	25/08/2020	01/10/2020	F	Entregue

202008	25/09/2020	16/10/2020	F	Entregue
202009	26/10/2020	26/11/2020	F	Entregue
202010	25/11/2020	06/12/2020	F	Entregue
202011	15/01/2021	20/01/2021	F	Entregue
202012	12/02/2021	25/02/2021	F	Entregue

**LEGENDA:**

P – Documentação e Dados do Sistema entregues no prazo

F – Documentação e Dados do Sistema entregues fora do prazo

Nos termos dos art. 5º da Resolução nº1.379/2018, somente será considerada prestada contas quando submetidos os dados e documentos através do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria - SIGA e da plataforma tecnológica e-TCM, respectivamente. Ou seja, considera-se não prestado – ou prestado extemporaneamente – a falta de entrega das contas em qualquer das plataformas nos termos e prazos fixados (coluna "Data Limite") pelo art. 7º da Resolução 1.379/2018 (ou prorrogações pelo Tribunal Pleno).

Conforme tabela acima, as prestações de contas da Prefeitura Municipal de IRAQUARA foram entregues fora do prazo, em embaraço ao pleno e efetivo exercício das atividades de controle da Inspeção Regional, por dez (10) meses.

Nos termos do art. 10 da Resolução nº 1.282/09, tem-se que "a remessa de dados fora do prazo por dois (02) meses consecutivos ou por três intercalados durante o exercício resultarão em cominação de multa ao gestor responsável, com fundamento no art. 71, VIII, da Lei Complementar nº 6, de 06.12.91, a Lei Orgânica da Corte". Ainda, com fulcro no art. 11 da mesma Resolução, poderá ensejar a rejeição das contas do gestor responsável o não encaminhamento no prazo estabelecido dos dados e da documentação mensal, conforme art. 2º, XX da Resolução nº 222/1992.

Deve-se registrar que os vários atrasos ocorreram apesar das prorrogações de prazo de ofício conferidas por esta Corte de Contas, consideradas as circunstâncias do exercício de 2020.

## **12. DILIGÊNCIAS AO GESTOR**

Recebidas as prestações de contas mensais pela Inspeção Regional de Controle Externo de Jequié, esta analisou e elaborou os relatórios periódicos com a indicação das irregularidades acerca da documentação, atos praticados e informações geradas pelo Sistemas SIGA e e-TCM, e posteriormente, encaminhou ao gestor mediante diligência às notificações periódicas, em atendimento ao que dispõe o art. 7º, incisos I e II, da Resolução TCM nº 1.379/18, conforme demonstrado na tabela adiante:

<b>PERÍODO</b>	<b>NOTIFICAÇÃO</b>	<b>RESPOSTA À NOTIFICAÇÃO</b>
01/2020 a 06/2020	12/01/2021	11/02/2021
07/2020 a 12/2020	12/04/2021	14/05/2021

PERÍODO	CIENTIFICAÇÃO
01/2020 a 12/2020	02/06/2021

### **13. DAS ABERTURAS DO SISTEMA INFORMATIZADO (SIGA)**

Conforme dispõe o art. 9 da Resolução TCM nº 1.282/09, a remessa de dados após o encerramento do prazo, somente poderá ser realizada se autorizada pela Presidência do Tribunal, à vista de solicitação escrita e assinada pelo gestor. Ainda quanto a mencionada Resolução, cabe ressaltar que o art. 10, estabelece que a remessa de dados fora do prazo por dois meses consecutivos ou por três intercalados durante o exercício, ainda que autorizadas pela Presidência, resultarão em cominação de multa ao gestor responsável, com fundamento no art. 71, VIII, da Lei Complementar nº 6, de 06.12.91, a Lei Orgânica da Corte.

A tabela abaixo apresenta o status das aberturas efetuadas no Sistema de Informação Gestão e Auditoria – SIGA, para remessa de dados após encerramento dos prazos previstos na Resolução TCM nº 1282/09.

MÊS	DATA DA ÚLTIMA ABERTURA	QUANTIDADE DE ABERTURAS
01	28/01/2021	4
02	28/01/2021	2
03	28/01/2021	3
04	28/01/2021	4
05	29/01/2021	3
06	28/01/2021	2
07	30/04/2021	3
08	30/04/2021	4
09	30/04/2021	3
10	29/04/2021	1
11	13/05/2021	2
12	13/05/2021	6
<b>TOTAL</b>		<b>37</b>

### **14. COMPARATIVO ENTRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS INFORMADAS PELO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL COM AS CONTABILIZADAS PELO MUNICÍPIO**

RECEITAS	TRANSFERÊNCIAS INFORMADAS	TRANSFERÊNCIAS CONTABILIZADAS	DIFERENÇA
FPM	R\$ 22.237.809,41	R\$ 22.237.809,41	R\$ 0,00
ITR	R\$ 9.946,19	R\$ 9.946,19	R\$ 0,00
ICMS – Desoneração das Exportações (LC 87/96)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

FUNDEB	R\$ 19.104.464,59	R\$ 19.104.464,59	R\$ 0,00
ICMS	R\$ 8.531.046,39	R\$ 8.531.046,39	R\$ 0,00
IPVA	R\$ 474.343,37	R\$ 474.343,37	R\$ 0,00
IPI	R\$ 65.947,88	R\$ 65.947,88	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 50.423.557,83</b>	<b>R\$ 50.423.557,83</b>	<b>R\$ 0,00</b>

## **15. RESOLUÇÕES DO TCM – DESPESAS GLOSADAS**

### **FUNDEB**

Despesas glosadas no exercício

Conforme Relatórios das Prestações de Contas Mensais, **não foram identificadas** despesas pagas com recursos do FUNDEB, consideradas incompatíveis com a finalidade do Fundo.

### **ROYALTIES / FUNDO ESPECIAL / COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DE RECURSOS MINERAIS E HÍDRICOS**

Despesas glosadas no exercício

No exercício em exame, o Município recebeu recurso proveniente dos Royalties/FEP/CFRM/CFRH no montante de R\$ 328.343,58. **Não foram identificadas** despesas glosadas no exercício.

### **CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO – (CIDE) RESOLUÇÃO TCM Nº 1.122/05**

Despesas glosadas no exercício

No exercício em exame, o Município recebeu recurso proveniente da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE – no montante de R\$ 21.657,80. **Não foram identificadas** despesas glosadas no exercício.

## **16. PUBLICIDADE**

### **RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O art. 52 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF dispõe que:

"Art. 52. O relatório a que se refere o §3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre (...)"

A Resolução TCM nº 1065/05 disciplina em seu art. 6º o seguinte:

"Art. 6º. O Poder Executivo municipal encaminhará ao TCM, por via documental, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos demonstrativos com comprovação de sua divulgação até o dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente ao encerramento do bimestre.

Parágrafo único. Os municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, que optarem formalmente pela divulgação semestral dos demonstrativos a que se refere o art. 53 da Lei Complementar nº 101/00, encaminharão o comprovante da divulgação referida até o dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente ao encerramento do semestre."

A não divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária nos prazos estabelecidos em lei, impedirá, até que a situação seja regularizada, o recebimento de Transferências Voluntárias e a contratação de Operações de Crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, previsto no parágrafo 2º, do art. 51 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

De acordo com informações registradas nos autos, **foram encaminhados** os Relatórios Resumido da Execução Orçamentária, correspondentes aos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, acompanhados dos demonstrativos, com os comprovantes de sua divulgação, **em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução TCM nº 1065/05 e ao quanto estabelecido no art. 52 da Lei Complementar nº 101/00 - LRF.**

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O §2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/00 - LRF estatui que:

"Art. 55. (...)

§2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

A Resolução TCM nº 1065/05 disciplina em seu art. 7º o seguinte:

"Art. 7º. O Relatório de Gestão Fiscal, acompanhado dos demonstrativos, será encaminhado, com o comprovante de sua divulgação, até o dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente ao encerramento do quadrimestre, observado o quanto disposto no art. 63, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo único. Os municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, que optarem formalmente pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal, encaminharão o comprovante

da divulgação até o dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente ao encerramento do semestre."

A não divulgação do Relatório de Gestão Fiscal nos prazos e condições estabelecidos em lei, impõe a aplicação de multa correspondente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Gestor, conforme prescrito no §1º, do art. 5º da Lei Federal nº 10.028/00 e impedirá, até que a situação seja regularizada, o recebimento de Transferências Voluntárias e a contratação de Operações de Crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, previsto no parágrafo 2º, do art. 51 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

De conformidade com informações registradas nos autos, **foram enviados** os Relatórios de Gestão Fiscal, correspondentes ao 1º, 2º e 3º quadrimestres, acompanhados dos demonstrativos, com os comprovantes de sua divulgação, **em cumprimento ao disposto no art. 7º, da Resolução TCM nº 1065/05 e ao quanto estabelecido no § 2º, do art. 55 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

## **17. MULTAS E RESSARCIMENTOS PENDENTES**

Aponta o Relatório de Gestão que conforme informações a seguir, existem pendências atinentes ao não recolhimento de multas e ressarcimentos imputados a Agentes Políticos do Município por este Tribunal.

### **MULTAS**

<b>Processo</b>	<b>Multado</b>	<b>Cargo</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>06505e20</b>	<b>Edimario Guilherme De Novais</b>	<b>Prefeito/Presidente</b>	<b>27/12/2020</b>	<b>4.000,00</b>
04127e18	Delano De Matos Viana	Prefeito/Presidente	20/01/2019	2.000,00
05417e19	Delano De Matos Viana	Prefeito/Presidente	02/05/2020	2.000,00
06645e20	Valmir Alves De Oliveira	Prefeito/Presidente	14/08/2021	2.000,00

Informação extraída do SICCO em 03/09/2021.

### **RESSARCIMENTOS PESSOAIS**

<b>Processo</b>	<b>Responsável</b>	<b>Cargo</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Observações</b>
08740-09	Walterson Ribeiro Coutinho	Prefeito Municipal	03/02/2010	717,29	A SER ATUALIZADO E ACRESCIDO DE JUROS LEGAIS NA DATA DO EFETIVO PAGT.º.
<b>08593-12</b>	<b>Edimário Guilherme De Novais</b>	<b>Prefeito</b>	<b>19/01/2013</b>	<b>20.166,85</b>	<b>PROC. 10756e20 PAGAMENTO DE R\$22.831,74 (07/01/2013) VALIDADO PELA IRCE</b>

16799-14	Walterson Ribeiro Coutinho	Ex-Prefeito Municipal	11/09/2015	179,60	
16799-14	Landualdo Barros Freitas Júnior	Prefeito Municipal	11/09/2015	2.181,58	
04785-17	Valmir Alves De Oliveira	Ex-Presidente	20/05/2018	1.323,22	- PROC. 11463e19 INSC. NA DÍVIDA ATIVA.

Informação extraída do SICCO em 03/09/2021.

## RESSARCIMENTOS MUNICIPAIS

De acordo com Sistema de Informações e Controle de Contas (SICCO), **não consta pendência.**

Na resposta a diligência final o Gestor encaminha os documentos de nºs. 193 a 204, constantes na pasta “Defesa à Notificação Anual da UJ”, no intuito de comprovar o pagamento das multas imputadas e dos ressarcimentos determinados, mediante Processos TCM nºs 04127e18, 05417e19, 06505e20, 06645e20, 08740-09, 08593-12, 04785-17 e 16799-14, peças que deve ser examinadas pela 1ª DCE.

Quanto as demais pendências, em que pese as justificativas trazidas aos autos pelo Gestor, assinale-se, por pertinente, **que o Município tem obrigação de promover a cobrança, inclusive judicialmente, dos débitos impostos pelo TCM, aos seus gestores**, ressaltando que respeitadamente às **MULTAS**, dita cobrança **TEM** de ser efetuada **ANTES DE VENCIDO O PRAZO PRESCRICIONAL**, “**SOB PENA DE VIOLAÇÃO DO DEVER DE EFICIÊNCIA E DEMAIS NORMAS QUE DISCIPLINAM A RESPONSABILIDADE FISCAL**”.

Neste sentido, fica advertido o Gestor que as decisões dos Tribunais de Contas impositivas de apenação de multas, ou de ressarcimentos, aos agentes públicos, têm eficácia de título executivo extrajudicial, na forma constitucionalmente prevista, caso não adimplidas voluntariamente, geram créditos públicos executáveis judicialmente, denominados **DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA**.

Assim, **é dever da administração a cobrança do débito, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE DO AGENTE QUE SE OMITIU AO CUMPRIMENTO DE SUA OBRIGAÇÃO.**

No que concerne, especificamente, às **MULTAS**, a omissão do Gestor que der causa à sua prescrição resultará em lavratura de **TERMO DE OCORRÊNCIA** a fim de ser ressarcido o prejuízo causado ao Município, cujo ressarcimento, caso não concretizado, importará em **ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**, pelo que este TCM formulará Representação junto à Procuradoria Geral da Justiça.

## **18. REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS**

A Lei Municipal nº 284, dispõe sobre a remuneração dos Agentes Políticos, fixando os subsídios do Prefeito em R\$ 20.000,00, do Vice-Prefeito em R\$ 10.000,00.

Assinala o Relatório de Contas de Gestão – RGES que os subsídios pagos ao Prefeito e Vice-Prefeito, **encontram-se em consonância com o Diploma Legal citado.**

## **19. DA CIENTIFICAÇÃO ANUAL**

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia instituiu através da Resolução TCM nº 1255/07 uma nova estratégia de Controle Externo, com a implantação do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, desenvolvido em modelo WEB, para recepcionar, por meio da *internet*, dados e informações mensais e anuais sobre a execução orçamentária e financeira das entidades fiscalizadas.

Esta ferramenta possibilita ao Tribunal aprimorar o desempenho de sua função de orientar, fiscalizar, controlar a aplicação dos recursos públicos e de acompanhar o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Resolução TCM nº 1282/09 dispõe sobre a obrigatoriedade de os órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal remeterem ao Tribunal, pelo SIGA, os dados e informações da gestão pública municipal, na forma e prazos exigidos, a partir do exercício de 2010.

A Inspeção Regional de Controle Externo – IRCE deste Tribunal, sediada em Irecê, acompanhou, por via documental e pelo Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, a execução orçamentária e financeira das contas ora em apreciação, oportunidade em que irregularidades foram apontadas e levadas ao conhecimento do Gestor, mediante notificações, que após justificadas remanesceram algumas delas, registradas no sistema SIGA, módulo “Analisador”. Da sua análise, destacam-se os seguintes achados:

- Casos de **ausência** de inserção, **inserção incorreta** ou **incompleta de dados no SIGA**, em **flagrante descumprimento à Resolução TCM nº 1282/09**. **Adverte-se a Administração que a reincidência das divergências identificadas no referido Sistema poderá ensejar a aplicação de multa, como também poderá comprometer o mérito de Contas futuras da Entidade.**
- No que diz respeito aos procedimentos licitatórios, chama-se atenção para os seguintes registros: **I) ausência da definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação (achado AUD.LICI.GV.000248), relativo ao Processo PP-030-2019; II) as aquisições de produtos e serviços não foram balizadas pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública (achado AUD.LICI.GV.0002390), referente ao Processo PP-009-2020, em descumprimento às determinações estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666/93. Deve a Administração envidar maior rigor no cumprimento das impositivas regras legais, evitando reincidências.**

## **20. DOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Registre-se a tramitação de outros processos em fase de instrução, cujos méritos não foram aqui considerados, pelo que ficam ressalvadas as conclusões futuras, sendo este Voto emitido sem prejuízo do que vier a ser apurado.

### **III. DISPOSITIVO**

Diante do exposto, com fundamento no art. 40, inciso II e art. 42, da Lei Complementar nº 06/91 e inciso II do art. 240, do Regimento Interno desta Corte, vota-se pela emissão de Parecer Prévio no sentido de **APROVAR, porque regulares, porém com ressalvas, as contas de Governo e Gestão da Prefeitura Municipal de Iraquara**, relativas ao exercício financeiro de 2020, constantes deste processo, de **responsabilidade do Sr. Edimário Guilherme de Novais**, tendo em vista as irregularidades praticadas pelo Gestor e registradas nos autos, especialmente:

- falta de comprovações de incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão, dos instrumentos de Planejamento, em descumprimento ao disposto no inciso I, parágrafo único, do art. 48 da Lei Complementar nº 101/00;
- ausência, ou inconsistência das informações, de metadados na plataforma tecnológica e-TCM, em descumprimento ao art. 30 da Resolução nº 1.379/18 (inserido pela Resolução 1.412/2020);
- descumprimento do art. 48, da Lei Complementar nº 101/00 – LRF em virtude de demasiado atraso na publicação dos Decretos de abertura de créditos suplementares;
- insignificante na cobrança da Dívida Ativa Tributária;
- relatório de Controle Interno não atende às exigências legalmente dispostas no art. 74, da Constituição Federal e art. 90, da Constituição Estadual e da Resolução TCM nº 1120/05;
- realização das Atas de audiência públicas fora do prazo em descumprimento ao §4º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/00;
- as consignadas na Cientificação Anual e dispostas no item 19 deste opinativo.

Em razão da ocorrência de irregularidades apontadas no processo de prestação de contas, do exercício de 2020, a aplicação de multa em face das hipóteses previstas nos arts. 69, 71, da LC nº 06/91 e arts. 296 e 300, do Regimento Interno, será objeto de decisão no bojo da Deliberação de Imputação de Débito, à luz do que dispõe o art. 206, §3º, do Regimento Interno.

**Determina-se:**

**Ao Gestor**

I) Proceder nas Demonstrações Contábeis, a regularização dos valores lançados incorretamente ou não demonstrados, porventura necessários, de acordo com o disposto no item 3 deste opinativo.

**À SGE**

I) Encaminhar à 1ª Diretoria de Controle Externo para realização das apurações devidas dos seguintes documentos constante na Pasta da Defesa à Notificação da UJ:

- Documentos de nº 193 a 204, constantes na pasta “*Defesa à Notificação Anual da UJ*”, no intuito de comprovar o pagamento e ações de cobrança das multas imputadas e ressarcimentos determinados, mediante Processos TCM nºs 04127e18, 05417e19, 06505e20, 06645e20, 08740-09, 08593-12, 04785-17 e 16799-14;

II) Cópia deste opinativo ao Gestor das referidas Contas e ciência à 1ª Diretoria de Controle Externo – DCE para acompanhamento.

**SESSÃO ELETRÔNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA**, em 10 de fevereiro de 2022.

**Cons. Fernando Vita**  
**Relator**

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste parecer, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em [www.tcm.ba.gov.br](http://www.tcm.ba.gov.br) e acesse o formato digital assinado eletronicamente.